

JUSTIÇA ENTIDADE QUE REPRESENTA OCUPANTES E FOREIROS QUER SUSPENDER A TARIFA

# Associação denuncia SPU pela cobrança da taxa de marinha

Representação protocolada no MPF questiona tarifa após lei que isenta alguns moradores

KENIA AMARAL  
kamaral@redgazeta.com.br

O presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo (Assofes), vereador José Carlos Lyrio Rocha, protocolou ontem à tarde uma representação contra a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério Público Federal (MPF). O documento denuncia a irregularidade da SPU, que continua cobrando a taxa de marinha de todos os moradores de Vitória mesmo após a promulgação, em 5 de maio, da Emenda Constitucional (EC) nº 46/05.

A proposta exclui do domínio da União as ilhas costeiras que contenham sede de município. A emenda vale para Vitória, São Luís e Florianópolis. No entanto, a SPU ignorou a lei e manteve para o dia 31 de maio a cobrança da taxa de marinha referente ao ano de 2005 para todos moradores de terrenos de marinha. Os boletos já foram distribuídos e o tributo pode

que a SPU, pelo menos, suspenda a cobrança até que haja uma definição sobre quem deve continuar pagando ou não a tarifa, a Assofes protocolou essa denúncia no Ministério Público Federal. A intenção é que os procuradores tomem alguma decisão na próxima semana, antes da data do pagamento.

“Embora a União já viesse acompanhando que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15 – que deu origem à Emenda Constitucional nº 46 –, estava em fase de votação no Congresso, ela ignorou isso completamente. A SPU emitiu o boleto de cobrança no dia 22 de abril e não teve a paciência de esperar pela votação. E mesmo depois de publicada a emenda, a SPU não tomou nenhuma providência”, criticou Rocha.

**Carta.** Na última segunda-feira, o vereador enviou uma carta à secretária de Patrimônio da União, Alexandra Reschke, solicitando que a SPU suspendesse a cobrança até que o órgão se posicionasse oficialmente sobre os verda-

deiros contribuintes. No entanto, até ontem a secretária não havia se manifestado. Diante desse comportamento, a saída encontrada pelo presidente da Assofes foi a elaboração da denúncia.

“A União não está preocupada com a situação do contribuinte, que está exaurido de carga tributária. E além de continuar cobrando a taxa de marinha, ela ainda aumentou o tributo”, disparou.

Atualmente, existem 60 mil pagantes de taxa de marinha no Espírito Santo, sendo 45 mil deles moradores de Vitória. São cerca de 45 mil imóveis situados em terrenos da União no Estado, sendo 36 mil em Vitória, 4 mil em Guarapari, 3 mil em Vila Velha e os 2 mil restantes em outras regiões.

**Resposta.** O gerente regional de Patrimônio da União, Edmar Fraga, foi procurado insistentemente pela reportagem, mas não foi encontrado no seu gabinete, e nem no telefone celular para responder a essas questões. Em Brasília, a assessoria de imprensa também não foi encontrada.

## ELES RECLAMAM



“Pagamos R\$ 8,5 mil”

JACY DE ARAÚJO MEDEIROS E JOSÉ DE ARAÚJO MEDEIROS  
Aposentados

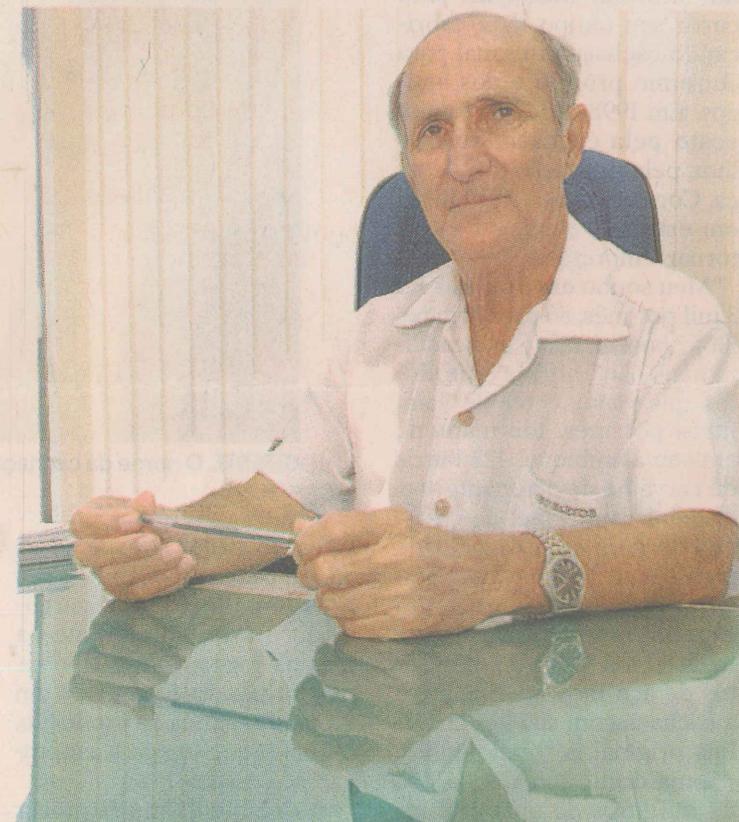
“Moramos na Ilha do Frade há 20 anos e sempre pagamos a taxa de marinha. O valor aumentou muito, mas pagamos assim mesmo, pois temos medo de cobrarem tudo acumulado, com juros e multa. Por nossa casa na Praia do Canto, pagamos quase R\$ 7 mil. Conseguimos o aforamento da casa da Ilha do Frade, então pagamos R\$ 1,5 mil. Essa taxa não deveria existir, porque já existem os impostos. É mais injusto ainda isentar as ilhas do Boi e do Frade e deixar os bairros menos favorecidos dentro da taxa. Quem mora aqui tem um poder aquisitivo maior e ainda pode pagar.”

## “Taxa subiu muito”

WIVALDYR REYNALDO DE MELLO  
Engenheiro e subsíndico

“Os moradores dos 160 apartamentos do condomínio estão insatisfeitos. A maioria alega que não vai pagar a taxa porque menos de 10% do residencial está dentro dos 33 metros da linha preamar. Moro na Ilha do Boi há 26 anos e sempre houve a cobrança, apesar de a escritura não dizer que é terreno de marinha. Antigamente a taxa era barata, mas o valor subiu muito. Cansei de pagar. O boleto chegou, mas joguei fora. Pago somente o IPTU, porque o valor é revertido em manutenção. Como estamos fora dos 33 metros, a cobrança não tem sentido. E o pior é que isso não reverte em nada para a gente”.

FOTOS: BRUNO MIRANDA



# Associação denuncia SPU pela cobrança da taxa de marinha

Representação protocolada no MPF questiona tarifa após lei que isenta alguns moradores

**KENIA AMARAL**  
kamaral@redgazeta.com.br

O presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo (Assofes), vereador José Carlos Lyrio Rocha, protocolou ontem à tarde uma representação contra a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério Público Federal (MPF). O documento denuncia a irregularidade da SPU, que continua cobrando a taxa de marinha de todos os moradores de Vitória mesmo após a promulgação, em 5 de maio, da Emenda Constitucional (EC) nº 46/05.

A proposta exclui do domínio da União as ilhas costeiras que contêm sede de município. A emenda vale para Vitória, São Luís e Florianópolis. No entanto, a SPU ignorou a lei e manteve para o dia 31 de maio a cobrança da taxa de marinha referente ao ano de 2005 para todos moradores de terrenos de marinha. Os boletos já foram distribuídos e o tributo pode ser pago em cota única ou dividido em sete meses (com juros da taxa Selic).

Na tentativa de fazer com

que a SPU, pelo menos, suspenda a cobrança até que haja uma definição sobre quem deve continuar pagando ou não a tarifa, a Assofes protocolou essa denúncia no Ministério Público Federal. A intenção é que os procuradores tomem alguma decisão na próxima semana, antes da data do pagamento.

“Embora a União já viesse acompanhando que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15 – que deu origem à Emenda Constitucional nº 46 –, estava em fase de votação no Congresso, ela ignorou isso completamente. A SPU emitiu o boleto de cobrança no dia 22 de abril e não teve a paciência de esperar pela votação. E mesmo depois de publicada a emenda, a SPU não tomou nenhuma providência”, criticou Rocha.

**Carta.** Na última segunda-feira, o vereador enviou uma carta à secretária de Patrimônio da União, Alexandra Reschke, solicitando que a SPU suspendesse a cobrança até que o órgão se posicionasse oficialmente sobre os verda-

deiros contribuintes. No entanto, até ontem a secretária não havia se manifestado. Diante desse comportamento, a saída encontrada pelo presidente da Assofes foi a elaboração da denúncia.

“A União não está preocupada com a situação do contribuinte, que está exaurido de carga tributária. E além de continuar cobrando a taxa de marinha, ela ainda aumentou o tributo”, disparou.

Atualmente, existem 60 mil pagantes de taxa de marinha no Espírito Santo, sendo 45 mil deles moradores de Vitória. São cerca de 45 mil imóveis situados em terrenos da União no Estado, sendo 36 mil em Vitória, 4 mil em Guarapari, 3 mil em Vila Velha e os 2 mil restantes em outras regiões.

**Resposta.** O gerente regional de Patrimônio da União, Edmar Fraga, foi procurado insistentemente pela reportagem, mas não foi encontrado no seu gabinete, e nem no telefone celular para responder a essas questões. Em Brasília, a assessoria de imprensa também não foi encontrada.

## ELES RECLAMAM



“Pagamos R\$ 8,5 mil”

**JACY DE ARAÚJO MEDEIROS E JOSÉ DE ARAÚJO MEDEIROS**  
Aposentados

“Moramos na Ilha do Frade há 20 anos e sempre pagamos a taxa de marinha. O valor aumentou muito, mas pagamos assim mesmo, pois temos medo de cobrarem tudo acumulado, com juros e multa. Por nossa casa na Praia do Canto, pagamos quase R\$ 7 mil. Conseguimos o aforamento da casa da Ilha do Frade, então pagamos R\$ 1,5 mil. Essa taxa não deveria existir, porque já existem os impostos. É mais injusto ainda isentar as ilhas do Boi e do Frade e deixar os bairros menos favorecidos dentro da taxa. Quem mora aqui tem um poder aquisitivo maior e ainda pode pagar.”

“Taxa subiu muito”

**WIVALDYR REYNALDO DE MELLO**  
Engenheiro e subsíndico

“Os moradores dos 160 apartamentos do condomínio estão insatisfeitos. A maioria alega que não vai pagar a taxa porque menos de 10% do residencial está dentro dos 33 metros da linha preamar. Moro na Ilha do Boi há 26 anos e sempre houve a cobrança, apesar de a escritura não dizer que é terreno de marinha. Antigamente a taxa era barata, mas o valor subiu muito. Cansei de pagar. O boleto chegou, mas joguei fora. Pago somente o IPTU, porque o valor é revertido em manutenção. Como estamos fora dos 33 metros, a cobrança não tem sentido. E o pior é que isso não reverte em nada para a gente”.

FOTOS: BRUNO MIRANDA

